

CONFERÊNCIA



Págs. 19 a 20

MONTRA DE OPINIÃO Abril de 1974

José Manuel Maia



Págs. 7 a 12

ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS Palestras em Unidades do Exército



Pág. 13

ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS Audiência Chefe do Estado-Maior do Exército



Pág. 18

PERIODICIDADE

QUADRIMESTRAL

Nº 13 – Ano 5 – Maio 2023

COORDENAÇÃO

*Direção da Associação
de Praças*

PROPRIEDADE

Associação de Praças

MORADA

Rua Varela Silva,
Lote 12 – Loja B, Ameixoeira
1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rua Varela Silva,
Lote 12 – Loja B, Ameixoeira
1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Telem.: 912 193 674

ÓRGÃOS SOCIAIS

direcao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

ENDEREÇO DA INTERNET

http://www.apracas.pt

E-MAIL DA REVISTA

revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO

Paulo Guerreiro

NIF

nº 504 787 756

REGISTO ERC

nº 124981

INPI

nº 470/287

Nota: Os artigos publicados
e assinados são responsabili-
dade dos autores e podem não
traduzir as posições da AP.

legislação



DIÁRIO DA REPÚBLICA SÉRIE I

Decreto-Lei n.º 37/2022
Diário da República n.º 103/2022,
Série I de 2022-05-27

Ato da Série I
Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime de cobrança de taxas
moderadoras no Serviço Nacional de
Saúde

Decreto-Lei n.º 84-F/2022 - Diário
da República n.º 241/2022, 1º
Suplemento, Série I de 2022-12-16

Ato da Série I
Presidência do Conselho
de Ministros

Aprova medidas de valorização dos tra-
balhadores em funções públicas

Decreto-Lei n.º 77/2022
Diário da República n.º 214/2022,
Série I de 2022-11-07

Ato da Série I
Presidência do Conselho
de Ministros

Altera o Regulamento da Medalha Mili-
tar e das Medalhas Comemorativas das
Forças Armadas

Portaria n.º 283/2022
Diário da República n.º 228/2022,
Série I de 2022-11-25

Ato da Série I
Defesa Nacional

Alteração ao Regulamento para a Atri-
buição das Casas de Renda Econômi-
ca do Instituto de Ação Social das For-
ças Armadas (IASFA)

Portaria n.º 275/2022
Diário da República n.º 219/2022,
Série I de 2022-11-14

Ato da Série I
Defesa Nacional

Procede à primeira alteração da Por-
taria n.º 301/2016, de 30 de novembro,
que aprova o Regulamento da Avalia-
ção do Mérito dos Militares das Forças
Armadas (RAMMFA)

Portaria n.º 93/2023

Defesa Nacional

Procede à primeira alteração à Portaria
n.º 300/2016, de 29 de novembro, que
estabeleceu condições especiais para
a admissão a concurso de ingresso nos
quadros permanentes na categoria de
praças da Marinha

Portaria n.º 108/2023

Defesa Nacional

Alteração à Portaria n.º 96/2006, de 1
de fevereiro, que aprova o modelo de
certificado de encarte das praças do
quadro permanente (QP) da Armada

Decreto Regulamentar n.º 2/2023

Presidência do Conselho
de Ministros

Aprova a estrutura orgânica do Esta-
do-Maior-General das Forças Arma-
das e altera as estruturas orgânicas
da Marinha, do Exército e da Força
Aérea.

DIÁRIO DA REPÚBLICA SÉRIE II

Portaria n.º 915/2022 - Diário da
República n.º 240/2022, Série II de
2022-12-15

Ato da Série II
Defesa Nacional - Gabinete
do Secretário de Estado da Defesa
Nacional

Atualiza os quantitativos para o abono

de alimentação dos militares em ser-
viço efetivo nas Forças Armadas

Despacho n.º 3150/2023

Defesa Nacional - Marinha
- Superintendência do Pessoal

Passagem à situação de reserva de
várias Praças da Marinha Portuguesa



Luís Reis
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

editorial

Dignificação da Carreira da Praça, uma vez mais adiada!

Após muitos anos de luta e determinação a criação do Quadro Permanente - QP de Praças no Exército e Força Aérea vai ser uma realidade. A Associação de Praças – AP, foi convocada para as reuniões que decorreram no Ministério da Defesa e no Estado-Maior General das Forças Armadas, e teve a oportunidade de em tempo fazer chegar os seus consideráveis contributos ao diploma apresentado. O entendimento foi salvaguardar a dignificação de uma carreira na categoria de praça, passando por uma mudança de paradigma assente na atratividade para os jovens que queiram abraçar uma carreira militar nas Forças Armadas.

Os seus contributos assentam na experiência dos prossupostos já vivenciados da realidade do atual QP de Praças da Marinha e dos atuais problemas relacionados com a falta de efetivos e da justa valorização remuneratória. Mais uma vez não se aprendeu com os erros cometidos ao longo dos últimos quinze anos e insiste-se numa solução que embora tenha o mérito da criação do QP, fica aquém dos interesses das praças e por consequência das Forças Armadas. Não nos esquecemos do mau exemplo que foi a criação do Regime de Contrato Especial-RCE e da sua demorada implementação. O resultado do ingresso e cativação das praças neste regime fala por si. Não precisamos de mais e mais grupos de trabalho. Os problemas estão identificados e são diversificados. Precisamos de implementar as medidas e soluções já identificadas, e não andar sistematicamente a preconizar alterações que todos percebemos que não vão resultar, uma vez mais “a montanha pariu um rato”.

Nesta edição destaco ainda de forma especial, a comemoração do aniversário do 25 de Abril. Passaram 49 anos desde aquela manhã em que a ditadura caiu e a democracia se levantou. Nesses anos, de má memória, os homens e mulheres que bravamente lutaram contra

uma ditadura criminoso devem ser recordados por forma a que não caia no esquecimento as torturas, as prisões e os crimes de que foram alvo.

Comemorar o 25 de Abril, é também relembrar os heróis militares do movimento das forças armadas que levaram à queda do regime fascista, com o grandioso apoio do povo português, que desde a primeira hora se juntou ao movimento das forças armadas.

Comemorar e cumprir o 25 de Abril de 1974, é dar voz à Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de Abril de 1976, impulsionada pelo processo revolucionário que se seguiu à revolução dos cravos e que abriu horizontes ao povo português através de profundas transformações democráticas, que consagrou direitos e impulsionou alterações políticas, económicas, sociais e culturais que têm vindo a ser delapidadas, através das alterações de que tem sido alvo a lei fundamental e pelas sucessivas políticas dos governos ao longo destes anos.

É aos homens e mulheres do povo português, aos militares de Abril e à Constituição da República Portuguesa que nós, militares, temos o direito e o dever de honrar e de não deixar cair no esquecimento este tão eloquente acontecimento.

O 25 de Abril não é propriedade de ninguém em particular!

O 25 de Abril foi feito com o apoio do povo, para o povo e por isso a ele pertence!

O 25 de Abril não deve ser considerado como um qualquer feriado sem história.

O 25 de Abril tem uma história, uma história de liberdade, de conquista de direitos e uma história de valores.

O QUE ANDÁMOS A FAZER...

8 DE FEVEREIRO

Reunião APM's para preparação do Debate a levar a cabo em 24 de maio, com o tema "Portugal e as suas Forças Armadas – Qual o papel das Forças Armadas na Sociedade Portuguesa";

9 DE FEVEREIRO AM

Palestra sobre o papel da Associação de Praças e o Associativismo Militar, no Regimento de Transmissões do Exército, na cidade do Porto;

9 DE FEVEREIRO PM

Palestra sobre o que é e o que faz a Associação de Praças e o Associativismo Militar, no Regimento de Engenharia N.º 3 do Exército, na cidade de Espinho;

15 DE FEVEREIRO

Participação no debate sobre a Constituição da República Portuguesa e projetos de revisão, na Casa do Alentejo;

20 DE FEVEREIRO

Reunião com a empresa da Página da Internet;

20 DE FEVEREIRO

Reunião de Direção;

20 DE FEVEREIRO

Reunião APM's: reunião preparatória do Debate de dia 24 de maio de 2023;

22 DE FEVEREIRO

Reunião com a Ministra da Defesa, com assunto do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM);

22 DE FEVEREIRO

Presença no 48º aniversário e tomada de posse dos novos Corpos Sociais, do Clube do Sargento da Armada;

23 DE FEVEREIRO

Reunião no EMGFA, com assunto Quadro Permanente para Praças do Exército e Força Aérea;

25 DE FEVEREIRO

Presença na tomada de posse dos Corpos Sociais da Associação Nacional de Sargentos;

28 DE FEVEREIRO

Palestra sobre o que é e o que faz a Associação de Praças e o Associativismo Militar, no Regimento de Artilharia N.º 4 do Exército, na cidade de Leiria;

3 DE MARÇO

Reunião APM's: reunião preparatória do almoço comemorativo do 49º aniversário do 25 de Abril;

8 DE MARÇO

Palestra sobre o que é e o que faz a Associação de Praças e o Associativismo Militar, no Regimento de Guarnição N.º 2 do Exército, na cidade de Ponta Delgada, Açores;

10 DE MARÇO

Sessão pública de apresentação das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, pelo Partido Comunista Português, na Assembleia da República;

10 DE MARÇO

Reunião de Direção, por videoconferência;

14 DE MARÇO

Reunião de Direção, por videoconferência;

22 DE MARÇO

Reunião APM's: reunião preparatória do Debate de dia 24 de maio de 2023;

22 DE MARÇO

Reunião com Secretário de Estado da Defesa Nacional: apresentação do projeto de Decre-

to-Lei de alteração do EMFAR, por ocasião da criação do QP para Praças no Exército e Força Aérea;

24 DE MARÇO

Apresentação e votação, na Assembleia da República, das propostas de revisão e alteração do sistema remuneratório dos Militares, apresentadas pelos Grupos parlamentares do PCP, PSD e BE;

28 DE MARÇO

Reunião de Direção;

28 DE MARÇO

Assembleia Geral Ordinária, para apresentação do Relatório e Contas referente a 2022;

2 DE ABRIL

Sessão Pública de apresentação do manifesto “Cumprir e fazer cumprir a Constituição”, na Casa do Alentejo;

11 DE ABRIL

Presença no seminário organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente, realizado no Centro Cultural de Belém, intitulado “Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”;

13 DE ABRIL

Audiência, a pedido das Associações Profissionais de Militares, com o Chefe da Casa Militar da Presidência da República;

19 DE ABRIL

Presença na apresentação, pela Sra. Ministra da Defesa Nacional, do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, realizada no Instituto de Defesa Nacional;

19 DE ABRIL

Reunião com o Secretário da Defesa Nacional, sobre as propostas de alteração do EMFAR, por ocasião da criação do QP para Praças do Exército e da Força Aérea;

22 DE ABRIL

Almoço comemorativo do 49º aniversário do 25 de Abril, na Câmara Municipal do Seixal;

25 DE ABRIL

Apresentação do livro “Os Sonhos da Revolução dos Cravos” da escritora Maria José Maurício, na sede da ASPP/PSP;

25 DE ABRIL

Participação no desfile do 25 de abril, na Avenida da Liberdade;

27 DE ABRIL

Palestra sobre o que é e o que faz a Associação de Praças e o Associativismo Militar, no Regimento de Guarnição N.º 1 do Exército, na cidade de Angra do Heroísmo, Açores;

7 DE MAIO

Participação no 39º aniversário da Delegação do Clube do Sargento da Armada;

9 DE MAIO

Reunião de Corpos Sociais;

19 DE MAIO

Reunião preparatória do Dia Nacional das Praças das Forças Armadas, no Clube de Praças da Armada;

21 DE MAIO

Presença, na cidade do Porto, para as comemorações do Dia da Marinha;

22 DE MAIO

Audiência com o Chefe do Estado Maior do Exército, para prestar cumprimentos após a sua tomada de posse e discutir alguns assuntos prementes;

24 DE MAIO

Realização da Conferência “Portugal e as suas Forças Armadas – Qual o papel das Forças Armadas na Sociedade Portuguesa”, organizado pelas Associações Profissionais de Militares;

29 DE MAIO

Presença na comemoração do Dia das Operações de Paz e Humanitárias, no Forte do Bom Sucesso;

30 DE MAIO

Reunião de Direção.

Tomada de posse Órgãos Sociais da Associação Nacional de Sargentos



Tomou posse no dia 25 de fevereiro, os novos Corpos Sociais da Associação Nacional de Sargentos (ANS) para o biênio 2023-2024.

O Presidente da Assembleia Geral, Luis Bugalhão, numa cerimónia simples, mas cheia de significado, deu posse a todos os elementos dos novos Corpos Sociais da ANS.

Mais uma vez, a Associação de Praças não quis deixar passar esta importante data e esteve representada nesta tomada de posse, deixando claro que, em conjunto, tanto a ANS como a Associação de Praças lutarão para que as condições de vida de todos os Camaradas, Sargentos e Praças, sejam valorizadas.

Ao tomar posse, de novo, como Presidente da Direção da ANS, António Lima Coelho, na sua intervenção ressaltou o lema inscrito na bandeira da ANS: "Quão Difícil Nos Temos Movido". E esse deverá ser o lema de todos os Sargentos, mas também de todos os Militares das Forças Armadas, independentemente da sua categoria.



José Manuel Maia

ABRIL DE 1974

Ditadura Fascista, Revolta Militar, Liberdade, Revolução, Constituição, Democracia

Quarenta e nove anos estão passados desde aquele dia libertador em que daquelas armas dos militares revoltosos saíram cravos vermelhos no derrube da ditadura fascista e no abrir de portas à Liberdade e à Democracia.

Quarenta e nove anos de grande evolução e também de transformação, de avanços e recuos, nos sonhos de ontem e de hoje que se deseja persistentemente um dia alcançar.

Por isso e para isso, importa lembrar e tomar posição exigindo e construindo.

Lembrando que o fascismo existiu, o que era e como era a vida então e como agora se está e do futuro desejado em prosseguir Abril, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição da República e seus objectivos de Democratização, Desenvolvimento, Progresso, Justiça, Solidariedade, Fraternidade e Liberdade.

Lembrando 48 anos de ditadura fascista na construção de um futuro de liberdade, democracia e justiça social.

Lembrando:

— A emigração de mais de milhão e meio de portugueses, que entre 1961 e 1973 deixaram o país procurando no estrangeiro o trabalho e a liberdade que lhes era negada, é bem a prova provada da brutalidade e injustiça da ditadura fascista que então dominava Portugal.

— A situação de Portugal ao nível europeu de país mais atrasado resultado da ação. poder e domínio da economia pelos monopolistas e latifundiários em aliança com o capital estrangeiro, os grandes apoiantes e beneficiários da ditadura fascista.

— Os 13 anos de guerras coloniais, com 10.000 mortos e 30.000 feridos entre os portugueses e os muitos milhares de vítimas entre os povos das ex-colónias.

— A feroz exploração dos trabalhadores, de atraso económico e social, com salários de miséria e a inexistência de segurança social para muitos.

— A supressão das liberdades de expressão, de reunião, de manifestação, de associação.

— As perseguições, as torturas, as prisões, os assassinatos, de opositores da ditadura.



- A proibição de partidos políticos, da liberdade sindical e do direito à greve.
- A pobreza que alastrava nos campos e nas cidades.
- A taxa de mortalidade infantil antes de Abril era de 38 por mil, sendo presentemente de 4 por mil.
- Em 1973 existiam apenas 16 creches oficiais em todo o país.
- Não existiam escolas pré-primárias públicas.
- O analfabetismo ultrapassava os 34% dos cidadãos.
- Mais de 50% das habitações não tinham água canalizada, mais de 55% não tinham esgotos e mais de 60% não tinham electricidade.
- As mulheres não tinham direitos, condenadas que estavam a ser as “fadas do lar” e às que trabalhavam eram-lhes vedado acesso às carreiras da diplomacia, magistratura, policial ou militar.
- Aos jovens de hoje, filhos e netos de Abril que por vezes se admiram da emoção dos mais velhos quando falam da Revolução de Abril, considerem que os jovens de então

eram mandados para a guerra colonial e muitos regressavam “numa caixa de pinho” e “coitadinho do soldadinho nunca mais se fez ao mar”. Considerem que antes de Abril de 1974 a mais pequena fala ou manifestação contra ao poder era razão suficiente para se ser preso e torturado e, que até coisas bem mais simples como o desporto que hoje praticam, a cultura que hoje usufruem, a música que hoje ouvem ao vivo, os livros que hoje têm acesso, uma simples manifestação de afecto e carinho como um beijo de amor e ternura entre namorados, não eram coisas possíveis antes de 25 de Abril de 1974.

— Ontem como hoje na construção do futuro desejado importa afirmar que a ditadura fascista existiu e foi um regime de feroz repressão e exploração, que cometeu crimes imperdoáveis entre os quais se conta a criação de campos de concentração. Por tanto e para tanto se proclama «Fascismo Nunca Mais» «25 de Abril Sempre»

Que se afirme o Portugal de Abril, proclamando as conquistas da Revolução, a determinação, coragem e generosidade dos militares de Abril, seus oficiais, sargentos e praças,

mas também exaltando a acção do Povo e dos Trabalhadores seus sacrifícios e suas lutas, a acção e desempenho militante dos antifascistas, o empenho dos democratas.

Foi meio século de resistência popular, muitas lutas e sacrifícios de muitas vidas.

Apesar da brutalidade do regime fascista e da sua polícia política (PIDE - DGS) com o encerramento de sedes de sindicatos, a prisão de dirigentes políticos e sindicais, da proibição de reuniões, manifestações e greves, as lutas dos Trabalhadores aconteciam, as acções da Oposição Democrática continuavam. Debatia-se e exaltava-se a liberdade e as liberdades, a vida e as vivências, a democracia, a guerra colonial, os caminhos da dignidade humana, o Portugal desejado. As lutas dos Trabalhadores, do Povo, durante o fascismo foram determinantes para a criação de condições que levaram ao êxito da Revolta Militar e da Revolução de Abril e consequente consagração das suas conquistas, causas e valores na Constituição da República Portuguesa de 1976.

Eis que chega aquela maravilhosa quinta-feira, dia 25 de Abril de 1974, os militares estão fora dos quartéis, está na rua a Revolta dos Capitães, efectiva-se o Golpe Militar.

O Povo, os trabalhadores, os Democratas, acordam envoltos num verdadeiro ciclone de sentidos, de acontecimentos, de ideias e de ideais. Na rádio ouviam-se apelos para ficarem em casa, mas vêm para a rua.

O Povo sente e pressente.

Os homens, as mulheres, os jovens, juntam-se, aglomeram-se, unem-se como os dedos da mão, há irmandade e o calor humano propaga-se, os olhos humedecem e os lábios abrem-se mostrando a alegria do coração. Pairam algumas dúvidas que retraem, mas rapidamente se dissipam com o evoluir dos acontecimentos e então todos em enlace de futuro testemunham, acompanham, incentivam, intervêm.

O Golpe Militar do Movimento das Forças Armadas - MFA no dia 25 de Abril foi determinante na ruptura com a ditadura e a abertura das portas da liberdade, mas não foi nesse dia, o único acontecimento revolucionário importante. Dois outros acontecimentos lhe sucedem: um Levantamento Militar com a eclo-

são em várias unidades de iniciativas próprias com desenvolvimentos autónomos de oficiais, sargentos e praças e um Levantamento Popular, com mobilização e intervenção das massas populares.

Sem em nada diminuir a importância decisiva da acção dos «Capitães de Abril» a acção dinâmica das massas populares foi importantíssima para a evolução da revolução.

Atente-se neste propósito o que se passou por exemplo com a manifestação popular na Rua António Maria Cardoso de exigência da prisão dos PIDES a que estes responderam covardemente matando quatro jovens manifestantes e ferindo muitos outros ou com a intervenção popular junto ao Forte Prisão de Caxias exigindo a libertação de todos os presos políticos. Considere-se ainda porque também singular, do que foi a jornada popular de cerco ao Quartel do Carmo onde se encontrava Marcelo Caetano e ministros do governo fascista, com a fusão dos Soldados com o Povo, que rodeava em massa os militares.

Estas foram situações únicas pois que se não conhecem outros casos em que forças militares, no decurso da sua operação decisiva de combate, tenham cravos nos canos das espingardas a estejam rodeados por uma massa compacta de populares, não apenas presenciando e apoiando, mas pronta a intervir e até intervindo em certas situações.

O Movimento Popular de Massas organiza-se, ganha força e em aliança com os militares transforma a Revolta dos Capitães em Revolução Democrática e Popular, em que o Movimento Sindical e aquele 1º de Maio de 1974 foi o acontecimento determinante e transcendente.

Naquela quarta-feira, dia 1 de Maio, por todo o País se grita «O Povo Unido jamais será Vencido» Em uníssono eram proclamadas e gritadas palavras de ordem exigindo: Liberdade sindical, Salário Mínimo Nacional, Horário de Trabalho de 40 horas, Direito à Greve, Direito a Férias, Fim da carestia de vida, Julgamento dos fascistas, Extinção da Polícia Política-PIDE, Libertação dos Presos Políticos, Fim da Guerra Colonial, Autodeterminação e Independência das Colónias, etc.

A concentração e manifestação era palco, es-

paço e meio acolhedor e de afirmação da esperança de se ter futuro, o futuro desejado. Os Trabalhadores, o Povo, o Movimento de Massas passa a ser protagonista, sente e assume-se construtor do futuro, exalta a continuidade de Abril em Maio, defendendo e exercendo as liberdades e praticando a democracia, assumindo o desenvolvimento e o progresso.

Constrói um pilar importantíssimo do progresso e dinâmica da Revolução com a unidade do Povo com as Forças Armadas. A consigna Povo - MFA foi o reconhecimento, a aprovação e definição de um desenvolvimento concreto do processo de conquista da liberdade e da democracia e sua instauração e institucionalização com a Revolução de Abril. Desenvolve-se o Processo Revolucionário em Curso — o PREC — e neste período por uma questão de justiça impõe-se não esquecer a acção dos Governos Provisórios e em particular o papel como Primeiro Ministro de uma figura maior de militar, patriota e revolucionário, exemplo de um governante fiel ao seu Povo e à sua Pátria, e assim o reconhecimento e a gratidão ao General Vasco Gonçalves.

Foi nestes tempos de governos que foram tomadas medidas de liquidação dos suportes do fascismo e do colonialismo, as nacionalizações, a terra a quem a trabalha, a criação e consequente actualização do Salário Mínimo Nacional, do Subsídio de Desemprego, do Subsídio de Natal para os reformados e pensionistas, a suspensão dos despedimentos sem justa causa, a legislação de promoção da contratação colectiva, o direito de manifestação e concentração, a Lei Sindical, a criação do suplemento de grande invalidez, a melhoria do regime de protecção social dos trabalhadores agrícolas, a efectivação do direito ao ensino, à assistência médica com os médicos à periferia, o direito à habitação, entre outros direitos.

Grandes conquistas dos Trabalhadores, para os Trabalhadores, de Governo que os atendia, compreendia e respeitava, Aqueles dois anos, de Abril de 1974 a Abril de 1976 correspondem ao período mais belo e criativo da Revolução de Abril que se viveu e determinante para o conteúdo progressista da Constituição da República. Foram tempos

exaltantes esses do Processo Revolucionário em Curso repleto de vicissitudes, singularidades e conflitos políticos e sociais como é natural dos períodos revolucionários, mas sem paralelo na nossa história Pátria.

Alguns cidadãos referem-se a esse período sobrevalorizando um erro em certa iniciativa, um excesso naquele acontecimento, uma manifestação que poderia ter sido diferente.

Certamente aconteceu, mas sem qualquer dúvida o que foi verdadeiramente importante e marcou e marca esse período foi o derrube da ditadura fascista, a conquista da liberdade, o fim da exploração dos Trabalhadores e da miséria do Povo, o fim da guerra colonial que arrasava a juventude.

O que marcou e marca esse período foram as profundas transformações na direcção da democracia económica, política, social e cultural, foram e são as Conquistas de Abril.

Foram tempos de avanços e recuos, de conflitos vários, mas foram tempos intensos e de fortíssima participação popular, de construção de futuro.

E foi nestes tempos de Abril e Maio que a Constituição foi sendo elaborada.

Foi a consolidação institucional das transformações operadas com a luta popular e a sua consagração na Lei das leis, a Constituição da República chancelada pelo voto do Povo nas eleições livres de 25 de Abril de 1975 e pelo mandato conferido aos deputados constituintes reforçadamente legitimados por 91,6% dos cidadãos eleitores, dos 6 milhões e 200 mil cidadãos com direito a voto, votaram nos candidatos constituintes 5 milhões e 700 mil cidadãos.

A Constituição de 1976 consagrou as conquistas da Revolução.

Revolução que institucionalizou um regime político democrático, com eleições livres, partidos políticos e direito de voto aos 18 anos, que assumiu a liberdade em toda a sua plenitude — liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, de associação, de imprensa e realizou profundas transformações económicas, sociais e culturais que significaram um extraordinário progresso na sociedade portuguesa.

Revolução que instituiu um vastíssimo conjunto de medidas a favor dos trabalhadores: o

direito à livre organização sindical, o direito de manifestação e o direito à greve.

Revolução que criou o Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, o direito à segurança social e promoveu avanços no acesso à educação e ao ensino.

Revolução que conduziu à liquidação dos monopólios com as nacionalizações e a democratização do acesso à terra nas regiões do latifúndio com a entrega da terra a quem a trabalhava.

Revolução que construiu o Poder Local Democrático, consagrou na lei a igualdade entre homens e mulheres e abriu as portas à democracia participativa.

Revolução que pôs fim às guerras coloniais
Revolução inacabada é certo, mas com conquistas que perduram e continuam gravadas a letras de ouro na Constituição da República Portuguesa.

Em 2 de Abril de 1976 a Constituição foi aprovada pelos Deputados Constituintes, votaram 235 deputados a favor e apenas 15 contra dos eleitos do CDS-PP.

Foi mais um momento histórico, é cantado o Hino Nacional e dão-se vivas à República.

Mas imediatamente a seguir vive-se mais um momento histórico transcendente com a promulgação da Constituição pelo Presidente da República General Costa Gomes, não na Presidência da República em Belém como era habitual e natural, mas antes no próprio Palácio de S. Bento, nesse mesmo dia e em acto contínuo à sua aprovação pelos deputados.

Foi uma decisão de grande importância do Gen. Costa Gomes e um notável serviço ao Portugal de Abril, pois funcionou como medida preventiva a acções conspirativas de forças contra revolucionária.

Tenha-se presente que a Constituição foi aprovada cerca de quatro meses depois do 25 de Novembro que determinou profundas alterações no percurso da Revolução, pela drástica mudança na situação político-militar e na correlação de forças nos órgãos de poder e mesmo assim foi aprovada uma Constituição tão avançada, em que se afirma, consolida e institui os valores de Abril e as grandes Conquistas da Revolução.

A Constituição de Abril tem vindo a sofrer golpes com as sucessivas revisões, que não

produziram melhorias de relevo, antes sofreu alterações de fundo de acordo com os interesses e objectivos da política de direita.

Presentemente está em curso na Assembleia da República a 8ª Revisão Constitucional, pelo que se impõe vigilância militante pois o que é necessário para o desenvolvimento e progresso de Portugal e a difícil vida dos Portugueses é cumprir a Constituição e as Conquistas de Abril.

A Constituição tem no fundamental resistido, e passados 47 anos da sua vigência, conserva ainda o mesmo sentido geral de progresso, o mesmo amor à liberdade e à democracia, a mesma dignidade aos direitos sociais, a inscrição de princípios progressistas de uma democracia avançada. É tudo isto que a direita reaccionária não tolera, odeia.

A nossa Constituição continua a consagrar os Direitos, Liberdades e Garantias do Povo e dos Trabalhadores, a determinar a promoção da democracia política, económica, social e cultural. a assegurar o primado de Estado de Direito Democrático, a assentar a organização económico-social na subordinação do poder económico ao poder político democrático e a afirmar a Soberania e a Independência Nacional, a Paz e a Cooperação entre os Povos do Mundo visando a Emancipação e o Progresso da Humanidade.

A Constituição continua a ser suporte e programa valioso de uma democracia muito avançada rumo a uma sociedade livre, justa e solidária, como determina o seu artigo 1º.

Para tanto cumpra-se a Constituição e de imediato surge a problemática do Poder Político.

De quem o detém, de como o exerce e ao serviço de quem (trabalho ou capital).

Quem é e de quem é o governo.

Da correlação de forças na Assembleia da República, da força relativa de cada partido e das maiorias possíveis e efectivas no Parlamento, da qualidade e a quem servem as leis aprovadas.

A acção e determinação das Organizações dos Trabalhadores, a participação popular e a luta dos Trabalhadores e do Povo.

Questão importante e dado objectivo é a fortíssima ligação do Povo Português à Revolução de Abril e suas conquistas. A prova pro-

→
vada está na forma como ao longo de quase meio século continua a ser celebrado e comemorado o 25 de Abril.

A adesão do Povo mantém-se como a Revolução tenha sido ontem, espalha-se de geração em geração o sentimento de pertença à Revolução.

Comemora-se Abril em forte sentimento de futuro e novamente este ano de 2023, as ruas, as praças, as avenidas do nosso Portugal, encheram-se de gente, de muita gente, de muitos milhares de cidadãos celebrando e comemorando a Revolução de Abril e suas Conquistas.

Caso singular e deveras relevante das manifestações do 25 de Abril em Portugal que decorreram nestes 49 anos vividos. é o facto de se apresentarem em sugestiva e perfeita ligação com a memória, a celebração e o futuro e sempre com um envolvimento de carinho, afectividade e ternura ao mesmo tempo que é espaço e meio de afirmação de caminhos e lutas, tudo revelado nos mais variadíssimos aspectos e momentos, desde a mancha de cravos vermelhos às bandeiras, cartazes e palavras de ordem, desde as canções heróicas, de protesto ou populares, às bandas e ranchos folclóricos, desde o dar as mãos a gente que no momento se conhece, às amizades que se reforçam aos encontros que fortalecem, desde a presença das famílias, dos pais com os seus filhos-bebés ao colo ou às costas, ao velho que ainda luta pelo seu amanhã. E cada ano as comemorações têm a sua constância e ao mesmo tempo diferenças, pela renovada presença de todas as esperanças, de todas as lutas, de todos os anseios e sonhos nas vivências de Abril e suas Conquistas.

Em cada Abril as manifestações populares são também o palco, o meio e o espaço acolhedor e afirmativo das batalhas colectivas e dos problemas do ano ou do momento que se viveu ou vive, da grande reivindicação colectiva em uníssono e profusamente proclamada, mas também do grito do cidadão ou cartaz ou letrado do sentir individual.

Celebra-se o fim do fascismo e da ditadura de 24 de Abril.

Celebra-se a conquista da liberdade.

Alerta-se para os novos fascismos e a cada vez mais presente aventura fascista.

Eis as reivindicações de ontem e de hoje,

manifestações de Abril e Maio, nas lutas contra as injustiças e exigindo uma vida melhor. Ouve-se, proclama-se uma política patriótica ao serviço de Portugal a dos Portugueses e exige-se que se cumpra Abril suas Conquistas e sua Constituição.

A exigência é generalizada de uma política que responda aos problemas dos Trabalhadores, dos Reformados, do Povo e proclamadas as prioridades: aumento dos salários e das pensões; combate à perda do poder de compra com o controlo e redução dos preços dos bens e serviços essenciais à vida, direito à habitação, protegendo o arrendamento, aumentando a habitação pública e exigindo que os bancos paguem o aumento dos juros do crédito à habitação; reforço do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública.

Quando as desigualdades económicas se acentuam e o fosso social aumenta, quando se dificulta o acesso à saúde, à educação e à cultura, quando falta o trabalho e o salário, quando se empobrece trabalhando, quando se restringem direitos e se agrava a insegurança de quem trabalha, quando a corrupção é notícia banal, quando a maioria dos jovens não sentem futuro e os idosos se sentem a mais, o 25 de Abril, reafirma reforçadamente a sua actualidade de causas e valores de esperança, do caminho que importa percorrer. A manifestação comemorativa do 25 de Abril foi uma grandiosa afirmação de causas e valores, uma grande jornada de Luta Popular. Bandeiras desfraldadas, palavras muitas de ordem, generaliza-se a alegria, a juventude entusiasta contagia e afirma alto e a bom som:

- **Defender e cumprir Abril.**
- **Cumprir e fazer cumprir a Constituição.**
- **Abril está na rua, a luta continua.**
- **Abril de novo, pela força do povo.**

Na certeza que continua a ser em Abril e Maio que reside a esperança do Portugal livre, justo, fraterno, solidário, o Portugal desejado. Glória aos Militares de Abril.

Reconhecimento e gratidão aos antifascistas. Nos caminhos de Abril e no cumprimento da Constituição da República.

Por Portugal próspero, independente e soberano.

Palestras em Unidades do Exército



Regimento de Artilharia n.º 4 - Leiria

Por forma a que a Associação de Praças consiga levar ao conhecimento das Praças do Exército, o que é a Associação de Praças e qual o papel que desempenha na defesa dos direitos das Praças das Forças Armadas, levámos a efeito palestras no Regimento de Transmissões, no Porto, no Regimento de Engenharia n.º 3, em Espinho, no Regimento de Artilharia N.º 4, em Leiria, no Regimento de Guarnição N.º 2, em Ponta Delgada, e no Regimento de Guarnição N.º 1 em Angra do Heroísmo.

As delegações da Associação de Praças fo-

ram muito bem recebidas pelos Comandos das Unidades, permitindo-nos todo o apoio logístico necessário para as palestras.

No Regimento de Guarnição N.º 2, a Associação de Praças efetuou três palestras, em virtude deste Regimento ter um número elevado de Praças, contrariando o que acontece nas restantes unidades do Exército.

Segundo informações do Comando do Regimento de Guarnição N.º 2, o quantitativo de Praças nesta unidade, ronda os 250 Militares. As palestras foram extremamente profícuas, as Praças presentes além do interesse em receber a informação que estávamos a difun-



Regimento de Guarnição n.º 2 – Ponta Delgada

Atividade da Associação de Praças



Regimento de Transmissões - Porto

dir, mostraram bastante motivação para nos transmitir algumas das suas preocupações. De referir que além desta perceção que tivemos referente à motivação e interesse, foram referidas algumas situações “menos boas”, nas Unidades que visitámos e das quais a Associação de Praças tomou nota e que, quando oportuno, levaremos à consideração superior.

Nota importante. Nas Unidades em que foram proferidas as palestras, as Praças não tinham conhecimento que existe uma Associação representativa da Classe de Praças. Esta situação, que se tinha repetido nas deslocações anteriores, deve levar os dirigentes da Associação de Praças a refletir sobre a forma, os meios e o conteúdo da informação veiculada, de modo a que chegue o mais longe possível e de forma mais assertiva e eficaz.

Não obstante, o trabalho efetuado levou a que no final das palestras os Camaradas presentes tenham ficado a saber que é a Asso-

ciação de Praças quem, junto dos mais variados interlocutores, poderá defender os seus direitos.

Este ponto deverá ser considerado como dos mais importantes, pois quando entramos numa unidade militar e percebemos que a existência da Associação de Praças não é do conhecimento dos presentes, só o facto de quando terminado o trabalho termos a certeza que a mensagem passou, é extremamente gratificante para todos os dirigentes da Associação de Praças.

É, assim, paulatinamente, que podemos cimentar aquilo que todos pretendemos para a Associação representativa da Classe de Praças.

Apenas com todos, podemos levar a bom porto a defesa dos nossos direitos.

O próximo passo será, após as férias e do ato eleitoral que se aproxima, a visita a unidades da Força Aérea, para podermos passar a mensagem do associativismo Militar.

Todos juntos, seremos mais fortes!



Regimento de Engenharia n.º 3 - Espinho

Comemorações do 25 de Abril



Realizou-se mais um almoço comemorativo do 49º Aniversário do 25 de Abril, organizado pelo Clube de Sargentos da Armada, Clube de Praças da Armada, Associação Nacional de Sargentos, Associação dos Ofi-

ciais das Forças Armadas e Associação de Praças.

O almoço comemorativo foi realizado nas instalações da Câmara Municipal do Seixal, cujo Presidente nos deu todo o apoio logístico para a celebração desta iniciativa.

O convidado de honra, Coronel Batista Alves, Militar de Abril, proferiu um discurso versando os direitos conquistados com a Revolução dos Cravos e aquilo que se tem vindo a perder, desses direitos conquistados, ao longo destes 49 anos de Democracia.

O discurso em nome das cinco estruturas organizadoras do almoço, foi proferido pelo Presidente da Direção da Associação Nacional de Sargentos, SMOR António Lima Coelho.

Esta iniciativa, foi abrilhantada pela atuação musical por parte de Vítor Paulo.

Intervenção de Baptista Alves

O 49º Aniversário do 25 de Abril de 1974

No próximo dia 25 de Abril, completamos 49 anos da data gloriosa do 25 de Abril de 1974, que nos libertou do jugo fascista, e deu origem ao pujante processo revolucionário que haveria de transformar radicalmente a sociedade portuguesa numa sociedade livre e democrática e, nos exatos termos da CRP de 1976, *“de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país livre, mais justo e mais fraterno”*.

Sim, camaradas, o tempo passou, mas na nossa memória permanecem vivas as razões que nos fizeram acordar:



- Que à data do 25 de Abril de 1974, o povo português era um povo empobrecido e oprimido por um regime ditatorial fascista, suportado num forte aparelho policial repressivo;
- Que o nosso país era um dos mais atrasados da Europa e se encontrava exaurido por 14 anos de guerra colonial em três frentes: Guiné, Angola e Moçambique;
- Que o Portugal de então, isolado pela comunidade internacional, em particular nas Nações Unidas, onde se afirmavam os princípios da autodeterminação e libertação de todos os povos do Mundo - se encaminhava teimosamente para um desastre de proporções catastróficas.

Sim, camaradas, não esquecemos e não deixámos que se procure fazer esquecer:

- Que à feroz ditadura houve sempre quem não desse tréguas, mantendo viva a esperança na liberdade e na justiça social;
- Que **nesse glorioso dia** 25 de Abril de 1974, jovens militares das nossas Forças Armadas, jovens os comandados e jovens os comandantes - irmanados por um ideal comum- levaram a cabo um dos feitos militares mais relevantes da história de Portugal;
- Que o MFA, logo a 26 de Abril de 1974, apresentou o seu Programa ao povo português, o PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, no qual se preconizavam um conjunto de medidas- imediatas, de curto e de médio prazo- que se propunham liquidar o regime opressor, vencido, e lançar as bases para um futuro democrático de progresso e justiça social: os conhecidos três Dês do MFA (Democratização, Descolonização, Desenvolvimento);
- Que Portugal viveu nesse período revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, a mais fantástica aventura colectiva de que há memória;
- Que **a Constituição da República Portuguesa de 1976**, apesar das 7 revisões constitucionais a que foi sujeita, ainda é uma das mais progressistas do Mundo e nela se encontram garantidos direitos fundamentais que urge CUMPRIR E FAZER CUMPRIR.

Somos todos militares de Abril, com muito orgulho pela Pátria que servimos e pela condição militar que nos é própria. Vivemos o nosso tempo ancorados nos ensinamentos dos nossos ancestrais, mas com os olhos postos no Futuro, o Futuro que Abril nos trouxe.

O Futuro a que não somos alheios nem deixámos que nos deixem de fora dele. Unidos nas nossas Associações e Clubes militares, saberemos, como sempre soubemos, honrar a farda que envergamos.

No próximo dia 25 de Abril, iniciámos também a contagem decrescente para o 50º Aniversário. É tempo para uma grande reflexão sobre todo este tempo, meio século, de espera para que Abril se cumpra.

Quão longe nos encontramos das promessas de Abril?

Educação para todos
Habitação para todos
Saúde para todos
Direito ao trabalho com direitos
Direito à Informação
Direito à Cultura e Desporto

Quanto dos avanços civilizacionais que Abril nos trouxe já ficaram pelo caminho: eliminados uns, outros condicionados, muitos sistematicamente esquecidos ou ignorados?

Um desfiar de retrocessos, ofendendo a Lei Fundamental do país, a Constituição da República Portuguesa, hoje mesmo sobre a ameaça da 8ª tentativa de desvirtuamento ... ou mesmo de liquidação, da ordem constitucional nascida da Revolução de Abril.

Não nos iludamos: Os derrotados em Abril, e seus sucedâneos, estão aí, agora às claras, com despudor, ameaçando valores e princípios fundamentais em que assenta a nossa Democracia.

Ganharam terreno, tanto mais quanto as promessas de Abril, foram ficando mais longe, a exploração de quem trabalha se acentua e a qualidade de vida regride:

- A erradicação da pobreza voltou a ser uma miragem;
- A saúde cada dia que passa é mais um negócio chorudo;

Atividade da Associação de Praças

- A habitação um maná da especulação fundiária e imobiliária, e dos senhorios sem escrúpulos;
 - O acesso à educação, à cultura, ao desporto, cada vez mais difícil para quem menos tem.
- Estes e muitos outros retrocessos que podíamos alençar, alimentam o desânimo das novas gerações e propiciam o aliciamento pelos charlatães de todos os matizes, para aventuras de cariz racista, xenófoba e fascista.

Tudo sob a batuta dos grandes predadores apátridas a quem tem sido permitido sugar a riqueza nacional e acumular fortunas de dimensão obscena, empurrando grande parte da população portuguesa para a emigração ou para uma vida no limiar da pobreza. Comemorar o 25 de Abril é afirmar a vontade do povo português em defender os valores de Abril.

Os tempos são difíceis, a nível nacional e internacional. Convivemos hoje com mais uma

guerra na Europa, uma guerra sangrenta e de resultados imprevisíveis, para nós, para os europeus, para o Mundo e até para a existência da própria vida na Terra.

Por último, dizer-vos apenas:

Para compreender tudo isto, o 25 de Abril, a Revolução de Abril, são ensinamentos importantes e, em particular a Constituição da República Portuguesa de 1976, merece ser revisitada e pensada, também como mensagem de Paz, de convivência com todos os povos do Mundo, do primado da solução pacífica dos conflitos de interesse entre os Estados, do desarmamento geral, simultâneo e controlado, da dissolução dos blocos político-militares, em suma:

Um Mundo que é nosso de direito, na CRP e na Carta das Nações Unidas

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

Mais um ano, mais um desfile comemorativo da Revolução dos Cravos. A Revolução que terminou com 48 anos de uma ditadura feroz, ditadura que não permitia que os Portugueses tivessem direitos, que lhes fosse sonogado o direito à saúde, à cultura, à educação, a poder expressar-se livremente, a trabalhar com direitos, enfim, uma ditadura que sonegou durante 48 anos todos os direitos que qualquer ser humano deveria poder usufruir.

Não obstante, verificamos que nestes tempos, ainda há quem deseje o regresso ao passado. Ao dia 23 de abril de 1974.

Estaremos, todos, a trabalhar para que tal situação não se verifique.

O desfile comemorativo do 49º aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, foi sinónimo disso mesmo.

Não sendo o 25 de Abril propriedade de ninguém em particular, estas comemorações são pertença do povo português, e para o povo português.

De todo o Povo Português!



Audiência com Chefe do Estado Maior do Exército

No passado dia 22 de maio, a Associação de Praças foi recebida em audiência por Sua Excelência o General Mendes Ferrão, Chefe do Estado Maior do Exército.

Esta audiência, a pedido da Associação de Praças, serviu para prestar cumprimentos a S. Ex.^a o General CEME, pela sua recente tomada de posse.

Mas nem só de cumprimentos se revestiu esta audiência.

A Associação de Praças aproveitou, também, para levar ao conhecimento do CEME algumas das preocupações que assolam as Praças do Exército.

Transmitimos ao General CEME o nosso contentamento pelas palestras que levámos a efeito em unidades do Exército, tendo sido uma grande experiência onde aprendemos muito do que é ser Praça no Exército.

Demos a conhecer, algumas das preocupações que as Praças nessas unidades nos fizeram chegar, como por exemplo as deficientes condições de habitabilidade no Regimento de Guarnição N.º 2, em São Miguel, Açores.

Transmitimos ao General CEME, as nossas preocupações quanto à alteração do EMFAR por ocasião da criação de Quadro permanente para Praças no Exército e na Força Aérea.

Conforme está plasmado no projeto de Decreto-lei, a associação de Praças não vê com muito bons olhos, o futuro dos Homens e Mulheres que pretendam ingressar naquele tipo de prestação de serviço, pois

está-se a copiar o modelo existente, com as lacunas que todos conhecemos, quando se podia aproveitar esta oportunidade para se fazer a alteração legislativa que o EMFAR impõe, para a qual a Associação de Praças tantas sugestões deu.

Transmitimos, também, a nossa preocupação ao facto de haver Praças em RCE no Exército, pois é opinião da Associação de Praças que aquele regime de contrato, apenas incentiva a precariedade nas Forças Armadas e isso é totalmente contrário àquilo que deve ser a prestação de serviço numa instituição como a Instituição Militar.



CONFERÊNCIA

“Portugal e as suas Forças Armadas – Qual o papel das Forças Armadas na Sociedade Portuguesa”

Realizou-se no dia 24 de maio, a Conferência “Portugal e as suas Forças Armadas – Qual o papel das Forças Armadas na Sociedade Portuguesa”, organizada pelas Associações Profissionais de Militares, Associação Nacional de Sargentos, Associação dos Oficiais das Forças Armadas e Associação de Praças, que decorreu no Cinema São Jorge, em Lisboa.

Esta conferência, foi integrada na programação oficial das Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril.

Abriu a conferência o Presidente do Conselho Nacional da Associação dos Oficiais das Forças Armadas, Tenente-Coronel António Mota.



Depois deu-se início às intervenções dos conferencistas convidados.

Os conferencistas, pertencendo à sociedade civil, trouxeram a este evento a grandiosidade e o esclarecimento que esteve, desde o início,

na mente dos dirigentes associativos, quando pensaram em realizar esta conferência.

O painel de conferencistas do período da manhã, contou com o Professor de Direito Constitucional da Universidade de Coimbra, Prof. Dr. Malheiro de Magalhães, Dr. Hélder Semedo, Conselheiro Geral da Universidade de Lisboa, Dr. André Marçalo da Associação Portuguesa de Juristas Democráticos e a Dra. Sandra Esteves representando o Movimento Democrático de Mulheres, com a moderação do jornalista Dr. Sérgio Furtado.



O painel da tarde, contou com as intervenções do Prof. Dr. Álvaro Beza Presidente da SEDES, do Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional, Dr. Vasco Hilário e do representante português na EUROMIL – Organização de Associações e Sindicatos Militares, SMOR António Lima Coelho. Este painel contou com a moderação do jornalista, Dr. Pedro Tadeu.

Atividade da Associação de Praças



Das intervenções, há a registar o facto de ser consensual a possibilidade de formação de um sindicato de Militares, pois a Constituição da República Portuguesa não obstaculiza essa formação.

Mas nem só de sindicato militar se falou.

Um dos conferencistas disse que esta iniciativa “foi de grande importância, embora tardia”.

Outro tema que trouxe alguma discussão foi a questão de o serviço militar obrigatório voltar a ser assunto de debate na sociedade portuguesa, havendo mesmo alguns conferencistas que não veem nenhum retrocesso nessa prestação de serviço voltar a ser uma realidade, independentemente do nome que se venha a aplicar.

Mesmo grande parte do discurso do Presidente da Direção da Associação de Praças, versou sobre esse tema, dando até como exemplo a questão dos jovens de hoje terem pouca ou nenhuma apetência para os deveres e dedicarem muita ou toda a atenção aos direitos. “É tempo de os jovens darem à sociedade algo de si”, afirmou o Presidente da Direção da Associação de Praças, e esse algo poderá passar pela prestação de um serviço cívico. Discutiu-se também a forma como o Ministério da Defesa, este e os anteriores, lidam com os Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas, sendo opinião quase unânime que essa relação é muito negativa, pois enquanto não houver vontade política para dar maior atratividade às carreiras, bem como uma real e efetiva valorização da tabela salarial, nunca iremos conseguir recrutar e reter os Homens e Mulheres que as Forças Armadas necessitam para o integral cumprimen-

to das suas missões e do seu trabalho no dia a dia das Unidades Militares.



Tudo isto e muito mais, se discutiu na Conferência, promovida pelas Associações Profissionais de Militares.

Muito ficou por dizer. É um facto.

Mas também, tudo o que naquela sala se discutiu, deve ser alvo de um trabalho aturado por parte das Associações Profissionais de Militares, de todos os Militares e de todos os intervenientes do espaço que ocupa a Instituição Militar.

Um dos objetivos deste evento era dar a conhecer aos responsáveis pela área da Defesa Nacional o que a Sociedade Civil, representada na conferência, pensa daquilo que deve ser o munus militar na sociedade e o que esta pode dar à Instituição Militar.



O objetivo foi conseguido.

As Associações Profissionais de Militares fizeram o seu trabalho. Aguardemos que os responsáveis políticos e os Chefes dos Ramos, façam o seu.

CRIAÇÃO DO QUADRO PERMANENTE PARA PRAÇAS DO EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

Alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas

A Associação de Praças participou ativamente nas reuniões para as quais foi convocada, no Ministério da Defesa Nacional e no Estado Maior General das Forças Armadas, por ocasião da criação do Quadro Permanente para Praças do Exército e na Força Aérea, que obrigará à 3ª alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

Com base nesse pressuposto, apresentámos 32 propostas de alteração ao EMFAR.

Mais uma vez, as propostas que a Associação de Praças fez, propostas sérias e exequíveis por serem realistas e coerentes com a forma como temos tratado esta temática, caíram em *saco roto*.

A Associação de Praças, não concorda com as alterações que nos foram sendo apresentadas nas reuniões com responsáveis do Estado Maior General das Forças Armadas em conjunto com os ramos, muito menos na reunião com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, quando nos foi apresentado aquele que, será o documento final de alteração do EMFAR.

«Está-se a criar um regime de prestação de serviço novo no Exército e na Força Aérea, mantendo um paradigma que já se verificou que não é o adequado.»

Não só por não incluir nenhuma das nossas 32 propostas, mas também por considerarmos que é um retrocesso naquilo que é o Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Inclusivamente, na última reunião realizada com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, dissemos que quando o diploma fosse publicado em Diário da República, onde consta, sempre, que “Foram ouvidas as Associações Profissionais de Militares”, fosse acrescentado “A Associação de Praças não concorda com estas alterações”.



É claro que isto não é possível, mas foi mais uma forma de mostrarmos que **estamos totalmente contra esta alteração ao EMFAR**. Está-se a criar um regime de prestação de serviço novo no Exército e na Força Aérea, mantendo um paradigma que já se verificou não ser o adequado.

Veja-se o facto de a Marinha não conseguir preencher todas as vagas que abre para o Quadro Permanente de Praças.

Uma das nossas propostas determinava a promoção por diuturnidade ao posto de Cabo. Nos postos do Quadro Permanente, a Classe de Praças não tem nenhuma promoção, por diuturnidade.

E é da mais elementar justiça.

Outra das alterações que defendemos, prende-se com a criação do posto de Cabo-Chefe. É tremendamente injusto que a Classe de Praças, tendo uma carreira de mais de 30 anos, veja consagrado apenas 3 postos, sendo que, neste momento na Marinha, a permanência no posto de Primeiro-Marinheiro dura cerca de 12/13 anos, praticamente metade da carreira militar.

Assim, consideramos de uma importância extrema a criação do posto de Cabo-Chefe na Classe de Praças.

Não consideramos razão plausível o facto de nos dizerem que organicamente não existem funções na Classe de Praças para a existência de mais um posto, sendo que as funções inerentes ao posto de Cabo-Mor e de Cabo-Chefe, foram muito bem explicadas e escalpelizadas, nas reuniões que tivemos sobre esta alteração legislativa.

Existe uma tremenda incapacidade e má vontade de melhorar as condições de carreira dos Homens e das Mulheres que, fazendo

parte da base da estrutura, são também aqueles que, estando desmotivados, podem fazer com que a estrutura não aguente.

E se a base não aguenta, nenhuma estrutura poderá funcionar, pois ruirá.

Ao manter os pressupostos inscritos no EMFAR, tanto a tutela como os ramos não pretendem dignificar a carreira das Praças das Forças Armadas.

Não querem aprender com os erros cometidos!

Nem aceitam a visão e a sugestão daqueles que estão nas unidades militares e que presenciavam diariamente as condições de trabalho, a desmotivação instalada e a desmoralização que perpassa nas Praças das Forças Armadas.

Tudo isto não foi considerado por quem tem o dever de defender os seus subordinados.

Nem foi considerado por aqueles que, estando na posição cimeira de quem pode decidir, a Ministra da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Defesa Nacional.

A isso chama-se exercer o Dever de Tutela.

«Ao manter os pressupostos inscritos no EMFAR, tanto a tutela como os ramos não pretendem dignificar a carreira das Praças das Forças Armadas.»

Não querem aprender com os erros cometidos!

O Direito deixou de ser pago! O Trabalho da Associação de Praças.

Foi com a intervenção da Associação de Praças que o direito consagrado no Artigo 115º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), deixou

de ser pago pelos Militares.

Conforme o nosso Comunicado n.º 2 de 24 de janeiro de 2023, fizemos saber a todos os Camaradas que este direito não deveria ser pago.

No mesmo Comunicado, informámos que iríamos enviar ao Gabinete da Ministra da Defesa Nacional um ofício, com carácter de urgente, para que fosse revogado o número 4 da Portaria 96/2006 de 1 de fevereiro, que estabelecia o pagamento dos custos inerentes à impressão do documento, e que contrariava o EMFAR.

Esta nossa pretensão foi aceite pela Ministra da Defesa Nacional e, assim, deixou de ser pago um direito que nos assiste.

Mais uma vez, com o trabalho intenso, eficaz, eficiente e assertivo da Direção da Associação de Praças, as Praças dos Quadros Permanentes da Marinha, e no futuro as Praças dos Quadros Permanentes do Exército e da

Força Aérea, terão mais um direito consagrado.

A exemplo deste, temos a questão de a promoção a Cabo-Mor ser feita com a relevância

exigida da antiguidade, conforme sempre defendeu a Associação de Praças.

O mérito não deve ser retirado da equação. Mas a antiguidade tem que prevalecer.

Tem sido com a intervenção das sucessivas Direções da Associação de Praças, que estes direitos, e outros, que nos estavam sonogados, nos têm sido devolvidos.

Apenas e só com a intervenção da Associação de Praças. Claro que a velocidade que nós pretendemos para a resolução destes assuntos, nunca é a mesma de quem nos tutela. Mas, a nossa perseverança

tem dado resultados.

Por isto, e por muito mais que virá, solicitamos a TODAS as Praças que se juntem a nós, fazendo-se Associados, pois apenas com todos, conseguiremos almejar os nossos direitos.

JUNTOS SEREMOS MAIS FORTES!



Petição para a revisão e alteração do sistema remuneratório dos militares

Após ter sido entregue em junho de 2021 na Assembleia da República (AR) uma Petição com cerca de 7720 assinaturas, para a revisão e alteração do sistema remuneratório dos Militares, Petição promovida pelas Associações Profissionais de Militares (APM) - Associação de Praças, Associação Nacional de Sargentos e Associação dos Oficiais das Forças Armadas, com o objetivo de dar lugar a medida legislativa para rever e alterar por forma a atualizar a norma que regulamenta o Sistema Remuneratório dos Militares, os primeiros subscritores foram convocados para uma audição obrigatória, nos termos regimentais, na Comissão de Defesa Nacional (CDN), da Assembleia da República.

Vários fatores estiveram na origem deste atraso, embora consideremos que não são razão para que a Casa da Democracia tenha demorado todo este tempo para que se desse cumprimento ao processo que está subjacente à entrada de uma Petição na AR, ainda para mais quando essa Petição cumpre todos os ditames legais, para que as APM pudessem ser ouvidas naquilo que são os direitos consagrados a todos os cidadãos e, neste caso, aos cidadãos em uniforme. Em setembro do ano passado, o primeiro subscritor como os representantes das APM, foram recebidos pelo Relator da Petição, em sede de CDN, estando presentes os Deputados representantes do PS, do PSD e do PCP.

Após a apresentação de desculpas pelo atraso que se verificou desde a entrega da Petição até ao dia em que as APM foram chamadas, o primeiro subscritor da Petição teceu alguns considerandos sobre as razões e os fundamentos da mesma seguindo-se os dirigentes das APM presentes, que apresentaram as suas preocupações e fundamentaram, ainda mais, as razões que levaram à entrega desta Petição, que exige a alteração e atualização do sistema remuneratório dos Militares.

Os dirigentes das APM, referindo que sempre atuaram em conjunto, mas respeitando a autonomia de cada uma das organizações, bem como o universo que representam, indicaram que estão a trabalhar em propostas próprias, com o objetivo de alterarem a tabela salarial dos Militares, referindo a urgência de verem esta matéria ser tratada em sede negocial, como os restantes parceiros, que consideramos ser legítimo, tendo mesmo que ser envolvidos em nego-

ciação coletiva, de forma efetiva.

Este foi mais um passo para a melhoria das nossas vidas, pessoal e profissional.

É um caminho duro, é um facto, mas o “caminho faz-se caminhando”.

A Associação de Praças, em conjunto com as restantes APM, está a trilhar um caminho e a lutar para que o futuro possa trazer resultados profícuos às Praças das Forças Armadas, em particular e a todos os Militares em geral.

Todos sabemos que as “armas” com que estamos a lutar são desiguais, mas com a perseverança, determinação e a colaboração de TODOS, conseguiremos almejar os nossos objetivos.

Após a audiência na CDN, o passo seguinte foi o Plenário da AR, no passado dia 24 de março, onde se procedeu à discussão e votação de cinco propostas de projeto de decreto de lei apresentadas por ocasião da apresentação da Petição entregue em junho de 2021 com mais de 7700 assinaturas, pelas Associações Profissionais de Militares. Estas propostas foram apresentadas pelo PSD (2), pelo PCP (1), pelo Chega (1) e pelo BE (1).

As propostas apresentadas foram **TODAS chumbadas, apenas com o voto contra da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.**

É caso para dizer “que bem pregas Frei Tomás”, pois nada do que aconteceu na Assembleia da República vai de encontro ao que tem sido propalado nas diversas reuniões e em diversas situações por parte dos responsáveis do Ministério da Defesa Nacional.

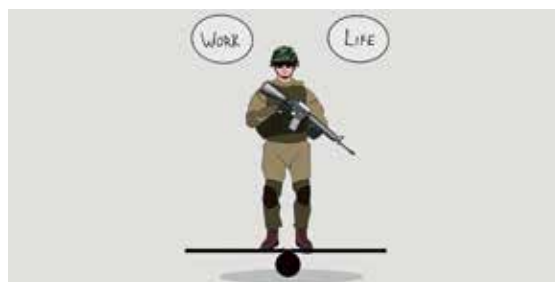
Não podem os responsáveis do Ministério da Defesa Nacional afirmarem que o desígnio são os Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas, que está em curso o Plano dos 3 R's que vem dinamizar o recrutamento e a retenção nas fileiras e depois não se quer atribuir aos Militares uma necessidade premente: a revisão e alteração do seu sistema remuneratório.

Os responsáveis por mais um atropelo à Condição Militar e pela precariedade salarial existente nos postos mais baixos das Forças Armadas, estão muito bem identificados: o Governo/Ministério da Defesa Nacional e o partido que o suporta. São estas entidades que não querem a valorização dos Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas!

Equilíbrio entre vida profissional e pessoal nas forças armadas – Uma comparação nórdica

Nos últimos anos, cresceu o interesse pelas diferentes formas como o emprego militar afecta o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos indivíduos. Os militares enfrentam desafios únicos para equilibrar seus compromissos militares e responsabilidades domésticas e, às vezes, têm de agir em situações exigentes e stressantes com pouco ou nenhum aviso prévio. Encontrar um equilíbrio adequado entre trabalho e vida pessoal é particularmente complexo durante o treino militar e as missões que exigem longos períodos fora de casa. Ao longo de sua carreira, os militares provavelmente enfrentarão repetidas separações de casa, familiares e amigos enquanto participam na vida activa militar. Além disso, é provável que as percepções dos militares sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional influenciem sua satisfação no trabalho e intenções futuras de carreira (Sachau et al., 2012). Pesquisas mostram que, após servir no exterior, o pessoal relata menor satisfação com suas relações pessoais e maior desejo de deixar as forças armadas (Andres et al., 2012). No entanto, a oferta de apoio organizacional e, portanto, estar mais bem equipada para lidar com as demandas conflitantes da vida profissional e não laboral, tem um impacto positivo no equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Anderson & Goldenberg, 2019; Sachau et al., 2018). O objetivo deste estudo foi investigar como o equilíbrio entre vida pessoal e profes-

sional e diferentes demandas e recursos relacionados ao trabalho afetam o bem-estar, a satisfação no trabalho, o comprometimento com a organização e a disposição de permanecer na organização entre militares na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia. Os resultados deste inquérito sugerem que as forças armadas dos países nórdicos enfrentam actualmente desafios consideráveis e, provavelmente, desafios ainda maiores nos próximos anos. É importante rever a remuneração e os benefícios dos funcionários. Estes incluem não só salários, mas também pensões, e subsídios para indivíduos destacados em operações, no estrangeiro e a nível nacional. O salário não é o único incentivo financeiro que precisa ser enfrentado. Deve haver um foco, não apenas no recrutamento de pessoal, mas também nos esforços para reter pessoal na organização. Caso contrário, corre-se o risco de perder competência quando grandes grupos etários se aproximam da idade da reforma.



Leia aqui a notícia completa:

<https://euromil.org/work-life-balance-in-the-armed-forces-a-nordic-comparison/>

"Sessão Italiana" da EUROMIL: A luta pelos direitos sindicais dos militares



Em 27 de abril de 2023, a EUROMIL acolheu uma "sessão italiana" no Centre Congressi Frentani, em Roma. O evento reuniu membros dos 127 da EUROMIL, Assembleia Geral e cerca de 45 representantes de associações militares italianas.

A sessão destacou os desafios enfrentados pelos militares na Itália quando se trata de direitos sindicais, enfatizando a necessidade de mais ações para melhorar a situação.

Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL, abriu o evento afirmando a importância dos direitos sindicais para os militares e destacando a luta duradoura da ASSODIPRO para defender os direitos dos militares e alterar a legislação italiana, em estreita colaboração com a CGIL.

O Presidente da ASSODIPRO, Natale Pacino, falou sobre os desafios enfrentados pelos militares quando se trata de direitos sindicais na Itália. Destacou que, apesar da decisão do Tribunal Constitucional de 2018 (Sentenza n. 120 del 13 giugno 2018) sobre esta matéria, os militares continuam a lutar para exercer adequadamente os seus direitos devido às limitações impostas pela lei italiana sobre re-

presentação, nomeadamente a Lei 46/2022. De acordo com Pacino, é imperativo buscar vias judiciais para garantir que os direitos sindicais dos militares possam ser plenamente exercidos.

Fabrizio Spinetti, responsável pela coordenação dos sindicatos de militares e policiais da CGIL, destacou os desafios que os militares enfrentaram no processo de democratização iniciado no início dos anos 1990. Enquanto mudanças legislativas foram implementadas para a polícia, os militares enfrentaram desafios mais significativos. Spinetti afirmou que a decisão do Tribunal Constitucional em 2018 e a Lei 46/2022 foram feitas para abordar essa questão. No entanto, não foi esse o caso, como o CESR destacou nas suas conclusões de 2022 sobre o relatório nacional italiano, nas quais é referido o incumprimento da lei com a Carta e a sua imposição de restrições aos direitos. Spinetti também observou como o descontentamento no ambiente militar está levando a suicídios, um fenómeno complexo com influência significativa na Itália, com 72 suicídios relatados em 2022.

O evento continuou com palestras do professor Vittorio Angiolini, advogado constitucionalista, e da advogada Emanuela Mazzola, responsável pela coordenação jurídica dos advogados da CGIL para sindicatos militares.

O professor Angiolini abordou a questão dos direitos fundamentais nas Forças Armadas e as ambiguidades e aspectos que precisam ser esclarecidos no julgamento de 2018. Ele destacou a limitação para que associações militares se associem a outros sindicatos, o que vai contra o princípio democrático do sis-

tema militar previsto no artigo 52 da Constituição italiana. O advogado Mazzola, por outro lado, chamou a atenção para o caráter antisindical da lei, que desestimula a filiação sindical ao privar os indivíduos de sua liberdade. Além disso, ela ressaltou a importância da proteção individual, já que as medidas de proteção atuais são exclusivamente coletivas, enquanto os problemas muitas vezes são individuais. Além disso, ela observou o controle significativo que a lei exerce sobre as associações e enfatizou a limitação da lei em retirar o poder representativo em nível territorial, o que é crucial para identificar questões de trabalho de forma eficaz.

A segunda parte da sessão centrou-se no intercâmbio de boas práticas com outros países europeus, destacando a necessidade de diálogo e de trabalhar no sentido de soluções que promovam os direitos dos militares, res-

peitando simultaneamente a natureza única do serviço militar.

A “sessão italiana” terminou com a aprovação de uma resolução da Assembleia Geral da EUROMIL, destacando o resultado do debate e o caminho a seguir.

Em conclusão, a “sessão italiana” sublinhou a necessidade de novas ações para melhorar os direitos sindicais dos militares em Itália. A lei atual não criou as condições para o bom exercício desses direitos, havendo o risco de novas limitações. A luta pelos direitos sindicais nas Forças Armadas é uma questão global que requer atenção de formuladores de políticas, líderes militares e da sociedade civil. Alcançar um equilíbrio entre as necessidades únicas dos militares e os direitos fundamentais de seus membros é um desafio complexo, mas é essencial para garantir o bem-estar e a eficácia dos militares.

A UE não deve perder a oportunidade de uma implementação atempada da Bússola Estratégica



A Bússola Estratégica, adotada em março de 2022, representa um primeiro “Livro Branco” da UE sobre defesa, fornecendo orientações para a UE e os Estados-Membros se adaptarem e responderem ao novo ambiente geopolítico.

O documento visa tornar a UE e os Estados-Membros capazes de responder aos desafios e ameaças da próxima década. Missões e operações mais robustas e eficientes da PCSD, alterações climáticas, desigualdade de gênero, ameaças híbridas e cibernéticas são apenas alguns exemplos daquilo a que os Estados-Membros têm de dar resposta.

Para mais elaborar, a Bússola Estratégica assenta em quatro pilares: agir, proteger, investir e estabelecer parcerias, com o objetivo de enriquecer as capacidades da UE em matéria de segurança e defesa. Mais de um ano após a adoção da Bússola, foram dados muitos passos em todos os domínios com o objetivo

de tornar as Forças Armadas Europeias mais interoperáveis com novos conjuntos de capacidades, como a adoção do Plano de Ação para a Mobilidade Militar 2.0, a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa ou a revisão da Estratégia Marítima.

No domínio militar, um marco importante foi a ativação da Cooperação Estrutural Permanente (CEP) em 2017. No entanto, no ano de 2023, os projetos da CEP são quase 70, e apenas três já produziram resultados, pelo que cumprir os seus objetivos será extremamente desafiante. A este respeito, é importante notar que a Bússola estabelece que, até 2025, os Estados-Membros participantes na CEP devem cumprir os compromissos vinculativos e 1/3 dos projetos devem apresentar resultados até essa data. Além disso, o principal objetivo da CEP era que os Estados-Membros cumprissem o seu compromisso de afetar 35% das despesas com a defesa a projetos colaborativos; por enquanto, está em 18%. Além disso, e de acordo com a última revisão do CARD, a cooperação continua a ser a exceção e não a norma.

Outro aspecto importante da Bússola – especialmente para os militares – é a criação da Capacidade de Implantação Rápida (RDC), que será constituída por 5000 soldados cobrindo o domínio terrestre, aéreo e marítimo, com os habilitadores estratégicos necessá-

rios. Os militares que participarão do RDC se concentrarão em missões de evacuação, estabilização e resgate, além de treinar e trabalhar juntos. Assim, e como sublinha a resolução do Parlamento Europeu “Capacidade de Destacamento Rápido da UE, Agrupamentos Táticos da UE e artigo 44.º do TUE: o caminho a seguir”, a RDC da UE «será composta por forças que treinarão e trabalharão em conjunto e que, enquanto estiverem sob o comando da UE, as tropas afectas à RDC da UE devem gozar de direitos laborais e sociais iguais». **Uma disposição que é muito apoiada pela EUROMIL e que deve ser tida em conta em 2025 no que diz respeito à eventual revisão da Bússola Estratégica.**

A resolução acima mencionada também pede o avanço gradual do número de tropas que compõem o RDC para melhor responder ao atual ambiente geopolítico. Também não se deve esquecer que os agrupamentos táticos da UE nunca foram destacados e uma das principais razões foi a relutância dos Estados-Membros em financiar esse destacamento. Assim, há que trabalhar para que o RDC receba apoio da União, ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz ou de um instrumento semelhante.

Este artigo faz parte do projeto Eleições Europeias 2024 da EUROMIL.

ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE A ALEMANHA



Deutscher
BundeswehrVerband

• Bundeswehr não consegue cumprir metas da NATO

As Forças Armadas alemãs não podem cumprir os objetivos da NATO por causa da falta de material, armas e pessoal. Altamente relevante é a prometida Divisão 2025 e, no geral, a capacidade de implantação é insuficiente.

• Relatório da defesa não é bom

Todos os anos, o representante da Defesa publica um relatório sobre a situação das Forças Armadas na Alemanha. Este ano, o relatório mostra novamente em números e números terríveis quanto investimento as forças precisam. O presidente da DBwV, Wüstner, exige mudanças há meses, mas os políticos hesitam.

JURAMENTO DE BANDEIRA DO 2º CURSO DE FORMAÇÃO GERAL COMUM DE PRAÇAS DO EXÉRCITO



Nos dias 17 e 23 de Março, decorreram as Cerimónias de Juramento de Bandeira do 2º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2023, no Regimento de Apoio Militar de Emergência, em Abrantes, no Regimento de Infantaria Nº 1, em Beja, e no Regimento de Infantaria Nº 19, em Chaves.

Os 60 Soldados Recrutas (51 masculinos e 9 femininos), juraram, perante o Estandarte Nacional, estar sempre prontos a lutar pela liberdade e independência da Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida. O Juramento de Bandeira marca o culminar da Instrução Básica, que teve a duração de cinco semanas, e o início da Instrução Complementar, que terá a duração de sete semanas.

MILITAR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS CONQUISTOU O 1º LUGAR NA MEIA MARATONA "LISBON ECO MARATHON"



O 1º Cabo João Protásio, do Regimento Lanceiros Nº 2, conquistou o 1.º lugar na Meia Maratona "Lisbon Eco Marathon", que decorreu no dia 07 de Maio.

A Eco Maratona, que assenta nos pressupostos da Ecologia, Competição e Solidariedade Social, é um evento civil, aberto a todo o tipo de atletas, e compreende três diferentes provas, designadamente a prova de 12 quilómetros, a Meia Maratona de 21,1 quilómetros e a Maratona de 42,195 quilómetros, que decorreu no Parque Florestal de Monsanto.

EXÉRCITO INTEGRA 427 MILITARES NA INSTRUÇÃO BÁSICA EM 2023



O Exército Português incorporou 427 Soldados Recrutas até Maio de 2023, sendo 372 homens e 55 mulheres.

No dia 17 de Abril, o Exército incorporou 78 novos Soldados Recrutas (65 homens e 13 mulheres), no 5º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2023, nos Regimentos de Infantaria Nº 1, de Infantaria Nº 19 e no Regimento de Apoio Militar de Emergência.

Os Soldados Recrutas realizaram as atividades de incorporação, que incluíram a receção de boas-vindas e a passagem por um circuito constituído por várias estações, onde foi efetuado o levantamento do fardamento, o registo da informação clínica, a realização de inquéritos iniciais de expectativas e, a finalizar, o apurmo do cabelo.

O Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército decorre em duas fases, sendo a primeira a Instrução Básica, com uma duração de cinco semanas, e a segunda a Instrução Complementar, com uma duração de sete semanas.

O EXÉRCITO FORMA 27 NOVOS MILITARES NO 2.º CURSO DE PARAQUEDISTAS DE 2022



Decorreu no passado dia 12 de Abril, o encerramento do 2º Curso de Paraquedistas de 2022, ministrado pelo Regimento de Paraquedistas, em Tancos, tendo sido concluído por 2 Oficiais, 4 Sargentos e 21 Praças.

Este curso, com a duração de 12 semanas, visou preparar os militares para integrar um Pelotão de Paraquedistas em operações de combate, executar operações aerotransportadas, sobreviver na área de operações de

forma isolada ou integrado na sua Unidade de combate. Permitiu ainda, aos militares adquirir as capacidades necessárias para serem infiltrados através de salto em paraquedas de abertura automática, com equipamento e armamento em ambiente diurno ou nocturno.

PRIMEIRO MILITAR DA CATEGORIA DE PRAÇAS INGRESSA NO REGIME DE CONTRATO ESPECIAL NO EXÉRCITO COM O CERTIFICADO NACIONAL DE TÉCNICO DE LOGÍSTICA



No dia 31 de Março, o Soldado Diogo João Alves Pereira Gomes, concluiu na Escola dos Serviços, o processo formativo no âmbito da Especialidade de Logística Militar do Regime de Contrato Especial (RCE).

A formação desta Especialidade ocorreu em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP I.P.), correspondendo ao referencial do curso de Técnico/a de Logística, correspondente ao Nível 4 do Catálogo Nacional

de Qualificações (CNQ), tendo o militar completado as unidades curriculares necessárias para ser certificado para o serviço em RCE no Exército. Nestes termos, o militar em causa recebeu o certificado de Técnico de Logística, correspondente ao Nível 4 do Catálogo Nacional de Qualificações, viabilizando a sua integração e contributo para o desempenho de elevada exigência nas atividades e funções Logísticas, bem como a obtenção de competências que se constituem como uma mais-valia para o mercado de trabalho após a conclusão do contrato, que possui uma duração máxima de 14 anos.

O curso teve início em 05 de Dezembro de 2022, na modalidade de ensino a distância, tendo o militar concluído a totalidade das Unidades de Formação de Curta Duração da referida Especialidade com aproveitamento, ingressando no Regime de Contrato Especial em 01 de Abril de 2023, nos termos do despacho de 29 de Março de 2023 da Direção de Administração de Recursos Humanos, encontrando-se colocado no Regimento de Transportes do Exército.

A cerimónia de entrega do certificado do curso foi presidida pelo Diretor de Formação, Major-General Maia Pereira, contando com a presença da Delegada da Região Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Carla Vale, do Diretor do Centro Emprego e Formação de Profissional Viana Castelo, Pedro Lopes e da Coordenadora da Formação do Centro do IEFP de Viana do Castelo, Aida Calheiros, na presença do Comandante e da Equipa de Formação da Escola de Serviços.

EXERCÍCIO ORION 23: O MAIOR EXERCÍCIO ANUAL CONDUZIDO PELO EXÉRCITO PORTUGUÊS



O Exercício ORION 23, liderado pelo Comando das Forças Terrestres do Exército Português, contou com o empenhamento de mais de 1200 militares, envolvendo 132 viaturas blindadas, carros de combate e sistemas de fogos indirectos, dos Exércitos de Portugal, Espanha, França, Roménia, bem como observadores dos Estados Unidos da América. O ORION 23 promoveu o reforço da integração de capacidades conjuntas e combinadas, durante 10 dias, num ambiente de 24 horas por dia, 7 dias por semana, num conflito de alta intensidade, caracterizado por ser volátil, incerto, complexo, ambíguo e urbano.

O ORION 23, como exercício setorial do Exército para a condução da Campanha centrada na Componente Terrestre, contou com o apoio da Força Aérea Portuguesa, tendo decorrido no âmbito dos compromissos NATO e União Europeia, viabilizando a certificação de Forças Nacionais, reforçando a interoperabilidade e promovendo sinergias, em prol da Defesa Coletiva e da Dissuasão, no quadro do Artigo 5.º da NATO.

O ORION 23, como exercício setorial do Exército para a condução da Campanha centrada na Componente Terrestre, contou com o apoio da Força Aérea Portuguesa, tendo decorrido no âmbito dos compromissos NATO e União Europeia, viabilizando a certificação de Forças Nacionais, reforçando a interoperabilidade e promovendo sinergias, em prol da Defesa Coletiva e da Dissuasão, no quadro do Artigo 5.º da NATO.

EXÉRCITO INCORPOROU O 4.º CURSO DE FORMAÇÃO GERAL COMUM DE PRAÇAS DO EXÉRCITO



No dia 17 de Abril, o Exército incorporou o 4.º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2023, no Centro de Tropas de Operações Especiais, no Regimento de Comandos e no Regimento de Paraquedistas. Os 89 Soldados Recrutas incorporados (88 homens e uma mulher), realizaram as atividades de incorporação, que incluíram a receção de boas-vindas e a passagem por um circuito constituído por várias estações, onde foi

efetuado o levantamento do fardamento, o registo da informação clínica, a realização de inquéritos iniciais de expectativas e, a finalizar, o apurmo do cabelo.

O Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército decorre em duas fases, sendo a primeira a Instrução Básica, com uma duração de cinco semanas, e a segunda a Instrução Complementar, com uma duração de sete semanas.

BASE AÉREA Nº 6 RECEBE VISITA DE 22 ALUNOS



No dia 6 de Março, 22 estudantes realizaram uma visita à Base Aérea Nº 6, Montijo.

Durante a visita os alunos tiveram oportunidade de visitar a Esquadra 501 – “Bisontes”, a Esquadra 502 – “Elefantes”, a Esquadra 751 – “Pumas”, entre outras.

Inserida no projeto CLDS 4G MOITA - INTERVIR PARA INCLUIR, esta iniciativa foi realizada em parceria com a Escola Secundária da Baixa da Banheira. O principal

objetivo é contribuir para o encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional.

SOLDADOS RECRUTAS DO 4º CURSO DE FORMAÇÃO GERAL COMUM DE PRAÇAS DO EXÉRCITO JURARAM BANDEIRA



Decorreu no dia 18 de maio, no Regimento de Paraquedistas, a cerimónia de Juramento de Bandeira dos militares pertencentes ao 4º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército do Contingente Especial, que conta com 34 militares. A cerimónia foi presidida pelo Comandante da Brigada de Reação Rápida, Brigadeiro-General Ferreira Duarte, tendo-se procedido às entregas dos diplomas aos melhores classificados da Instrução Básica.

Os militares assumiram publicamente o seu compromisso perante o Estandarte Nacional, após terem iniciado o seu percurso militar no dia 16 de Abril de 2023, seguindo-se agora o período de Instrução Complementar, instrução que antecede o curso de Paraquedista.

FORÇA AÉREA: MAIS DE DUAS TONELADAS E MEIA DE DROGA APREENDIDA



A Força Aérea participou em uma operação conjunta, durante a madrugada de 21 de Março, que resultou na apreensão de elevadas quantidades de estupefacientes, em águas internacionais a sul de Portugal.

Só nesta operação foram apreendidos 77 fardos de estupefacientes, com cerca de duas toneladas e meia, e uma embarcação de alta velocidade. No decorrer desta operação foram ainda detidos dois homens de nacionalidade marroquina e um de nacionalidade espanhola.

Durante uma missão de vigilância marítima realizada pela Força Aérea foram identificados movimentos suspeitos, a cerca de 129 quilómetros a sul de Portugal Continental, que desencadeou toda a operação de interceção da embarcação, realizada em colaboração com a Marinha Portuguesa, a Autoridade Marítima Nacional e a Polícia Judiciária.

REAL THAW 2023



Terminou no dia 10 de Março a 14.ª edição do exercício multinacional Real Thaw 2023, organizado pela Força Aérea, que decorreu em Beja desde o dia 27 de fevereiro. O Real Thaw 2023 (RT23) contou com cerca de 700 participantes oriundos de oito países: Portugal, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Polónia, Espanha, USA e forças da NATO.

Durante estas duas semanas de exercício foi possível treinar, qualificar e certificar as forças nacionais de forma a fornecer aos participantes uma vasta gama de missões táticas, com a intenção de partilhar conhecimentos, aumentar a integração, promover a inovação e fortalecer laços entre os parceiros da NATO.

As missões do RT23 decorreram em locais específicos e foram planeadas de forma a ter o mínimo impacto no ambiente e na população.

70.º ANIVERSÁRIO DO SISTEMA DE DEFESA AÉREA



A 31 de março de 1953, há 70 anos, constituía-se o Comando Central do Sistema de Alerta, precursor do Sistema de Defesa Aérea de Portugal.

Os primeiros anos foram dedicados à construção de vias de comunicação e de infraestruturas e à formação dos recursos humanos, ministrada em grande parte no estrangeiro.

Desde 1956, o Sistema de Defesa Aérea trabalha 24 horas por dia, durante sete dias por semana, por forma a manter seguros os céus de Portugal, sob o lema "Firme Velar Presto Actuar".

Sistema esse que em 2012 ficou mais robusto com a implementação de radar no Arquipélago da Madeira.

Atualmente, a Força Aérea dispõe de Estações de Radar em Paços de Ferreira, Montejunto, Fóia e no Pico do Areeiro, na Madeira. Estas unidades acolhem os radares, responsáveis por perscrutar o espaço aéreo e coletar a informação que será depois processada pelo Comando Aéreo, em Monsanto, por forma a ser criada a imagem aérea.

Todas as aeronaves que voam no espaço aéreo nacional são detetadas e identificadas até um máximo de dois minutos. Os caças F-16M mantêm um estado de alerta até 15 minutos, podendo descolar para intercepar qualquer aeronave, sempre que necessário.

NOITE EUROPEIA DOS MUSEUS CELEBRADA EM SINTRA



O Museu do Ar abriu portas à Noite Europeia dos Museus, no dia 13 de Maio, com um programa especial.

Os visitantes desfrutaram de visitas guiadas à oficina de manutenção do Museu do Ar, instalações de Sintra, onde aprenderam sobre os processos de restauração e conservação de aeronaves.

O serviço educativo do museu também organizou diversas atividades interativas, como jogos e workshops, proporcionando uma experiência educativa e divertida para crianças e adultos. A presença da Lusitania100 e 509tigers permitiu aos visitantes experimentar a sensação de pilotar uma aeronave com os simuladores de voo. A música esteve presente durante o dia, com apresentações pela Banda de Música da Força Aérea e dos GuitarBrothers&Co.

Além disso, os participantes participaram ainda em aulas de treino funcional e yoga, fazendo jus ao mote deste ano: sustentabilidade e bem-estar. O ponto alto da noite foi a peça de teatro intitulada "No fundo do mar", encenada pela Estação das Letras.

A Noite Europeia dos Museus no Museu do Ar proporcionou uma experiência única para todos os presentes, promovendo a valorização da história da aviação e oferecendo um entretenimento cultural diversificado. A iniciativa reforça o compromisso do museu em aproximar o público da rica herança aeronáutica e despertar o interesse pela aviação.

O Museu do Ar continua a receber visitantes regularmente e a oferecer atividades especiais ao longo do ano, convidando a todos para explorar e celebrar a fascinante história da aviação.



OS BENEFICIÁRIOS DO PRESENTE PROTOCOLO SÃO OS ASSOCIADOS E RESPECTIVO AGREGADO FAMILIAR.

SERVIÇOS

- Mecânica
- Eletricista
- Serviços Expresso
- Serviços Multimarca (com material de origem)
- Reparações AC
- Chapa
- Pintura
- Estofador
- VN (venda viaturas novas)

TERMOS DO PROTOCOLO

- Mecânica, electricista, serviço expresso, reparações AC (veículos citroën) – **Desconto 10% peças**
- Mecânica, electricista, serviço expresso, reparações AC (veículos multimarca) – **Desconto 10% peças** (salvo exceções)
- Chapa, pintura (veículos Citroën) – **Desconto 10% peças**
- Chapa, pintura (veículos multimarca) – **Desconto 10% peças** (salvo exceções)
- VN (veículos Citroën) – melhor proposta a apresentar pelos nossos serviços

**Rua Miguel Torga, 2ª Fase
Pavilhão Anexo Lote 57 - 2745-821 Massamá**



É celebrado entre o Parque de Cerdeira e a Associação de Praças-AP, o presente protocolo de parceria que se rege pelas seguintes cláusulas:

- 1 – AAP envia para o Parque Cerdeira os dados das pessoas que beneficiam das vantagens mencionadas ou indica a forma de as identificar, nomeadamente através de documento válido;
- 2 – O Parque da Cerdeira concede um desconto de 10% sobre os preços de balcão nos serviços de alojamento e de animação turística, sem prejuízo de outros mais vantajosos que se verifiquem no momento da estadia;
- 3 – Os descontos podem ser cumuláveis de acordo com as regras definidas para os descontos e promoções;
- 4 – Os procedimentos de reserva obedecem às regras gerais do estabelecimento e podem ser consultadas em <http://parquecerdeira.com/pt/node/627>.



		
	Os beneficiários da associação da Associação de Praças, mediante apresentação de cartão de associado beneficiam:	
	– 15% em transações sobre o valor total da fatura (exceto medicamento sujeitos a receita médica com PVP unitário superior a 50€, produtos protocolo diabetes, alimentação infantil e fraldas, em todas as farmácias da rede.	
	– Entregas gratuitas usufruindo das mesmas condições de desconto na área geográfica da farmácia do grupo mais próxima da sede da empresa / morada de localização (durante a tarde, pedidos até às 13h via Tel. Ou e-mail) a partir da localização:	
	Farmácia IMPERIAL Av. Guerra Junqueiro 30B 1000-167 Lisboa ☎ 218 486 860 ou ☎ 963 908 139 ou farmaciaimperial.lx@gmail.com ABERTA 2ª A 6ª – 8H30 ÀS 20H30, SÁB – 9H ÀS 19H30, DOM – 10H ÀS 14H E DAS 15H ÀS 19H30	
	FARMÁCIAS DO GRUPO PROGRESSO Farmácia ALMEIDA DIAS Largo da Graça 38-39A 1170-165 Lisboa ☎ 218 862 909	
	Farmácia PROGRESSO Estrada A-da-Maia 64C (Benfica), 1500-004 Lisboa - ☎ 217 602 226	
	Farmácia IMPERIAL Av. Guerra Junqueiro 30B 1000-167 Lisboa ☎ 218 486 860	
	Farmácia JARDIM REAL Rua D. Pedro V 123-125 (Príncipe Real), 1250-093 Lisboa ☎ 213 240 419	
	Farmácia PROGRESSO TAGUS PARK Av. Prof. Aníbal Cavaco Silva Edif. Qualidade A2 Ij B (Tagus Park) 2740-296 Oeiras ☎ 218 878 289	
	Farmácia LAZARIM R. São Macário 780B (LAZARIM) 2825-159 Caparica ☎ 212 952 315	
	Farmácia PANCADA Rua Dr. Afonso Costa 60, 7750-352 Mértola ☎ 286 612 507	

Para usufruírem deste protocolo, os associados da AP devem-se fazer acompanhar do cartão de associado e do respectivo BI Militar / CC e a respectiva família deve apresentar no acto da inscrição, uma credencial emitida pela Associação de Praças para o efeito e fazer prova da titularidade através da apresentação do BI/CC.



Fundada em 24 de Fevereiro de 2000

Defender para servir

JÁ ÉS SÓCIO

DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS?

COMO SURTIU A ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DA CLASSE DE PRAÇAS

A Associação de Praças da Armada foi fundada em 24 de fevereiro de 2000.

A sua criação foi um marco histórico, tendo sido uma grande vitória da Democracia para as Praças que vinham vendo os seus direitos sonogados e sentiam-se oprimidos na relação com os chefes, não tendo direito de resposta ou quem os defendesse naquilo que é mais elementar em Democracia: os direitos.

Em 2009, para que pudéssemos chegar às Praças do Exército e da Força Aérea, o nome foi alterado para **Associação de Praças**.

PRINCÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

A Associação de Praças orienta a sua ação pelos princípios de liberdade, de unidade, de democracia, de independência política e pela solidariedade entre todos os Militares.

A orgânica e vida interna da Associação de Praças assenta na democracia socioprofissional.

A Associação de Praças desenvolve a sua atividade com total independência do Estado, dos partidos políticos, Chefes dos Ramos e confissões religiosas.

AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

A Associação de Praças, assim como as restantes Associações Profissionais de Militares, não tem poder de decisão.

A nossa ação principal é servir de elo de ligação com as estruturas hierárquicas da tutela civil e militar, desenvolvendo ações para que possamos obter respostas às nossas pretensões e solicitações na defesa dos direitos e expectativas das Praças.

Trabalho esse, desenvolvido com resultados positivos.

Como exemplo de decisões tomadas pelos decisores e que tiveram a influência da Associação de Praças, terminando em resultado positivo, temos a criação do posto de Cabo-Mor, a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea, a valorização

da antiguidade das Praças que estão nas condições de serem apreciadas nos Conselhos de Classe, a revogação do artigo 4 da Portaria 96/2006 de 1 de fevereiro que obrigava a que os Militares pagassem um direito inscrito no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (o certificado de encarte).

Além destes, existem algumas propostas submetidas pela Associação de Praças às Chefias e que aguardam resposta, nomeadamente o Nível Zero no Suplemento de Embarque, para os camaradas embarcados em navios atracados na BNL ou em missão dentro do Porto de Lisboa assim como a caracterização do posto de Cabo-Mor nos Regulamentos Internos das Unidades Militares.

Todos os dias, os dirigentes da Associação de Praças trabalham de forma apodítica na defesa dos direitos das Praças das Forças Armadas. Esta ação da Associação de Praças apenas faz sentido com o apoio e a colaboração de todos, para que possamos ter mais voz e mais força naquilo que defendemos: os direitos de TODAS AS PRAÇAS das Forças Armadas.

DE QUE VIVE A ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

A Associação de Praças apenas vive das quotizações das Praças das Forças Armadas.

Essa quota, é mensal e está ajustada à remuneração de cada posto. CMOR: 3,80 € * CAB/CSEC: 3,00 € * 1MAR/CADJ: 2,30 € * 2MAR/1CAB: 2,00 € * 1GRT/2CAB: 1,70 € * 2GRT/SOLD: 1,60 €

Os Associados usufruem dos nossos protocolos, dos seus serviços e descontos, onde encontrarão condições para fazer face ao custo com a quota.

Apenas com um incremento de Sócios, é possível realizarmos as tarefas inerentes ao funcionamento diário da Associação de Praças, com a assertividade e seriedade necessárias.

APOIO JURÍDICO

Todos os Associados beneficiam de apoio, por parte de um advogado, para todas as questões de âmbito socioprofissional.

A melhoria das nossas condições socioprofissionais deve ser um dever de todos nós. Se nada fizermos pela defesa dos nossos direitos, não podemos esperar que sejam outros a fazê-lo por nós. A Associação de Praças é a única voz que se faz ouvir junto do Governo através do Ministério da Defesa Nacional, dos Deputados à Assembleia da República e nos Chefes Militares. Por isso, quanto mais força tivermos, mais peso teremos na defesa dos nossos direitos, junto destes interlocutores. E essa força, vê-se no número de Sócios.

QUANTOS MAIS SÓCIOS, MAIS FORÇA!

Não fiques indiferente! - Não te alheies da realidade! - Associa-te! - Associa um ou uma Camarada!

ACREDITA EM NÓS!

Para que deixemos de ser uma Classe de “eus” e passemos a ser uma Classe de “nós”.

Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B, Ameixoeira 1750-403 Lisboa

geral@apracas.pt



217 552 939



912 193 674